



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS
CNPJ: 01.068.014/0001-00
PEDIDOS DE COMPRAS/SERVIÇOS 62435

Código: 62435 Centro de Custo: 01.02.00 - SECRETARIA MUN.DE ADMINISTRACAO
Data: 16/12/2024 Situação: Não Executado
Usuário: flavia.guimaraes Processo:
Solicitante: VICTOR GOMES DA COSTA CPF/CNPJ: 701.246.951-08
Tipo: Geral Licitação:
Finalidade: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS FEDERAIS VIA SIGPC E ESTADUAIS,
TRANSPORTES ESCOLAR ESTADUAL 2021 E 2022, PDDE QUALIDADE 2019, 2020 E 2022 E
PDDE BASICO 2019 E 2020 E 2022 E PNAT 2022 E PNAE 2022.

Dotação

Dotação:
Subelemento:
Fonte:

Produtos

Item	Código	Descrição	Un. medida	Situação	Valor Referência	Quantidade	Realizada	Valor Total
1	58024	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS FEDERAIS VIA SIGPC E ESTADUAIS, TRANSPORTES ESCOLAR ESTADUAL 2021 E 2022, PDDE QUALIDADE 2019, 2020 E 2022 E PDDE BASICO 2019 E 2020 E 2022 E PNAT 2022 E PNAE 2022.	UND	Não Executado	25.000,0000	1,0000	0,0000	25.000,0000

Valor Total 25.000,0000

Totais gerais:	Valor Total	Valor Total a Realizar
	25.000,0000	25.000,0000

FLAVIA GUIMARAES DA CRUZ

SOLICITANTE / PEDIDO DE COMPRAS
ASSINATURA/CARIMBO
CPF:

GESTOR / ORDENADOR / SECRETÁRIO
ASSINATURA/CARIMBO
CPF:

SOLICITAÇÃO

Ao Excelentíssimo Senhor

CLEITON GONCALVES MARTINS

DD Prefeito Municipal

Município de São Domingos/GO

Assunto: Abertura de processo administrativo para contratação de Pessoa Jurídica para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS FEDERAIS VIA SIGPC E ESTADUAIS, TRANSPORTES ESCOLAR ESTADUAL 2021 E 2022, PDDE QUALIDADE 2019, 2020 E 2022 E PDDE BASICO 2019 E 2020 E 2022 E PNAT 2022 E PNAE 2022.

Senhor Prefeito,

Com a satisfação de cumprimentá-lo, cordialmente, através deste, venho à presença de Vossa Excelência, solicitar providências para **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS FEDERAIS VIA SIGPC E ESTADUAIS, TRANSPORTES ESCOLAR ESTADUAL 2021 E 2022, PDDE QUALIDADE 2019, 2020 E 2022 E PDDE BASICO 2019 E 2020 E 2022 E PNAT 2022 E PNAE 2022.**

Segue anexo pesquisa de mercado, compostas por 03 (três) orçamentos/cotações de preços efetivada e anexada aos autos desse processo, para formação dos valores de referência e refletindo a realidade do mercado, colhidos através de pesquisa junto a fornecedores do ramo pertinente ao objeto do presente certame.

Certo de que merecermos a atenção de Vossa Excelência e esperando que sejamos atendidos com a maior brevidade possível, antecipamos votos de elevada estima e consideração.

São Domingos/GO, Estado de Goiás, aos 16 dias do mês de Dezembro de 2024.



VICTOR GOMES DA COSTA

Secretário Municipal de Administração

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO:

1.1. Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviços técnicos profissionais especializados em prestação de contas de recursos federais via sigpc e estaduais, transportes escolar estadual 2021 e 2022, pdde qualidade 2019, 2020 e 2022 e pdde básico 2019 e 2020 e 2022 e pnat 2022 e pnae 2022.

Os trabalhos realizados devem abranger:

- ✓ Levantamento e identificação das documentações necessárias
- ✓ Apontamento quanto à melhor aplicação dos recursos.
- ✓ Verificação de dados junto ao sistema centi.
- ✓ Verificação dos extratos bancários referente ao recursos oriundos das contas a serem prestadas.
- ✓ Inserção de dados nas plataformas/sistema, sigpc, prestação de contas estadual de transporte escolar.

2- JUSTIFICATIVA:

2.1. A prestação de contas dos recursos recebidos destinado as ações e incentivos a programas de educação, faz se necessário;

2.2. o município de encontra inadimplente com relação a prestação de consta desses períodos e desses recursos;

2.3. Uma prestação de contas muito bem elabora pode ser difícil de ser estabelecido sem um suporte especializado, Mesmo que a empresa conte com profissionais competentes, isso demanda muita experiência, tempo e profundo conhecimento sobre as obrigações, na execução e prestação de contas.

2.4. Nesse caso, a contratação de uma boa empresa pode tanto melhorar os resultados das aplicações dos recursos quando a viabilidade para captação de mais, assim não interrompendo o recebimento dos mesmos, e não impedindo a continuidade dos serviços públicos nessas áreas.

3 – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

- 3.1. levantamento de documentação necessária a prestação de contas;
- 3.2. análise de todos os documentos, e orientações.
- 3.3. verificação de extrato contábeis e bancários;
- 3.4. inserção de dados nos sistemas de prestação e contas estadual e federal;
- 3.5. verificação de quaisquer pendências relacionadas a execução dos recursos recebidos;
- 3.6. relatório/planilha conclusiva, elaboração de prestação de contas do transporte escolar do estado.
- 3.7. Orientação à equipe da secretaria de educação, e das escolas municipais;

04 – DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO:

- 4.1. O prazo de execução dos serviços é de 1 (um) mês a contar da data de assinatura do contrato.
- 4.2. O responsável pelo acompanhamento dos trabalhos será o secretário de administração e secretário de educação.
- 4.3. O local da execução do trabalho será a prefeitura municipal, com disponibilidade de acesso para a prestação de documentação necessária.

05 – DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO:

- 5.1. O pagamento será feito através de Nota Fiscal e relatório da execução do serviço.

06 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 6.1. São obrigações da contratante:
 - a) Disponibilizar local para instalação das atividades da contratada;
 - b) Disponibilizar servidor que detenha conhecimento da situação relacionadas as despesas.
 - c) Disponibilizar todas as informações necessárias e documentos relativos ao objeto dos serviços;
 - d) Efetuar o pagamento na forma pactuada;
 - e) Atender as solicitações da Contratada necessárias ao andamento dos serviços;

- f) Responsabilizar-se pelo atraso dos serviços quando comprovadamente for motivado por falta de informações, documentos e pessoal de sua responsabilidade;

07 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1. São obrigações da contratada:

- a) Disponibilizar funcionários para acompanhar o Município, pelo prazo de execução dos serviços;
- b) Responsabilizar-se pelo transporte, hospedagem e todas as despesas diretas ou indiretas referentes à execução do objeto do contrato;
- c) Responsabilizar-se pela execução dos serviços, apresentando-os conclusos no prazo estipulado.

8 – DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1 – As propostas serão avaliadas pelo menor preço.

9 – VALORES REFERENCIAIS DE MERCADO

9.1 – O valor estimado para a realização dos serviços é de R\$ 24.650,00 (vinte e quatro mil e seiscentos e cinquenta reais).

10 – DAS SANÇÕES

10.1 – Aplicar-se-á a contratada as sanções previstas na legislação que regulamenta o assunto especialmente a Lei nº 14.133/21.

11 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1 – As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

12 – DAS CONDIÇÕES GERAIS

12.1 – A fiscalização do serviço será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração, a qual caberá tomar todas as providências necessárias à execução dos serviços.

13 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Comete infração administrava nos termos do art. 155 da Lei nº 14,133, de 2021, a contratada que:

13.1.1 - Der causa à inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2 - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.3 - Não celebrar o contrato ou deixar de entregar a documentação exigida dentro do prazo;

13.1.4 - Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto sem motivo justificado;

13.1.5 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

13.1.6 - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.7 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.8 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.9 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2.1 - Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.2.2 - Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de R\$ 50,00 (cinquenta reais);

13.2.3 - Multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.4 - Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.5 - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrava pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.6 - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal pelo prazo de até cinco anos;

13.2.6.1 - A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrava no subitem 14.1 deste Termo de Referência.

13.2.7 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3 - As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.5, 14.2.6 e 14.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando a dos pagamentos a serem efetuados.

13.4 - Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

13.4.1 - Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.4.2 - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.4.3 - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.6 - As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ava da Município e cobrados judicialmente.

13.6.1 - Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7 - Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Administração poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme art. 419 do Código Civil.

13.8 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14 - DAS OMISSÕES

14.1 - Os casos omissos no futuro serão decididos, conforme o caso, nos termos da legislação vigente aplicável à espécie, especialmente do Código Civil Brasileiro, da Lei nº 14.133, de 2021, as resoluções normativas do Egrégio Tribunal de Contas dos Municípios, bem assim as leis municipais.

15 - DO FORO

15.1 - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da interpretação e/ou aplicação do presente contrato, as partes, elegem o foro da Comarca de São Domingos/GO, Goiás, renunciando outro por mais privilegiado que seja.

16 - DA ELABORAÇÃO TERMO DE REFERÊNCIA

16.1 - A elaboração do Termo de Referência, bem como estimativa de preços foi realizado pelo responsável que esta subscreve.

São Domingos/GO, Estado de Goiás, aos 16 dias do mês de Dezembro de 2024.



VICTOR GOMES DA COSTA
Secretário Municipal de Administração